

O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: UM ESTUDO (N)ETNOGRÁFICO EM SALA DE AULA

Micilane Nascimento dos Santos ¹
Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa ²

RESUMO

O presente estudo, que versa sobre o fenômeno da variação linguística no ensino de língua materna, traz a seguinte problemática: qual o tratamento dado à variação linguística em aulas de Língua Portuguesa no 1º ano do Ensino Médio no IFMA *Campus* Coelho Neto? Diante disso, delineamos como objetivo geral: investigar a abordagem da variação linguística, no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, no 1º ano do Ensino Médio no IFMA *Campus* Coelho Neto. Para tanto, de modo específico, buscamos: identificar as concepções da professora de Língua Portuguesa sobre língua e variação linguística; verificar a consonância do trabalho com a variação linguística em sala de aula com os estudos sociolinguísticos; analisar, sob a perspectiva da Sociolinguística Educacional, o tratamento dado à variação linguística enquanto objeto de ensino em aulas de Língua Portuguesa. Este estudo apresenta em sua base teórica autores como Labov (2008), acerca da Sociolinguística Variacionista; Bortoni-Ricardo (2004, 2005), no que diz respeito ao ensino de língua materna na perspectiva da Sociolinguística Educacional; Bagno (1999, 2007), sobre variação linguística e preconceito linguístico; Travaglia (2008), referente às concepções de linguagem; Faraco (2008), em relação à temática da norma linguística, dentre outros estudiosos. Trata-se de uma pesquisa de campo com viés etnográfico, de abordagem qualitativa e interpretativista. Para a geração de dados, utilizamos como instrumentos: observação de aulas remotas, notas de campo, gravações audiovisuais e entrevista semiestruturada. Devido à pandemia de Covid-19, as aulas ocorreram remotamente por meio de ambientes de aprendizagem *on-line*, por isso o trabalho de campo recorreu também ao método da netnografia, pesquisa de perspectiva etnográfica, porém mediada pela *internet* e que se vale dos meios virtuais para a geração de dados e para as interações com os participantes da pesquisa. Os resultados indicam que a variação linguística, apesar de legitimada no falar discente e docente, ocupa um espaço reduzido na programação das aulas, sendo trabalhada dissociada dos demais conteúdos da disciplina, com foco na sua classificação, recebendo um tratamento superficial e insuficiente. Quanto à concepção de língua(gem) assumida pela docente, percebemos que a concepção de língua(gem) como instrumento de comunicação e como processo de interação, apontadas por Travaglia (2008), coexistem na sua prática pedagógica, sendo observado o predomínio desta última. De modo geral, notamos que houve coerência entre o conhecimento teórico sociolinguístico e a prática de ensino da docente em relação à abordagem da variação linguística.

Palavras-chave: Variação Linguística, Ensino, Língua Portuguesa, Sociolinguística Educacional, Netnografia.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um ambiente (socio)linguístico heterogêneo. Apesar disso, nas práticas escolares cotidianas, ainda prevalece uma concepção mais tradicional de tratamento da variação linguística, conforme destaca Faraco (2015). Estudos sociolinguísticos como o de Bagno (2007) e o de Bortoni-Ricardo (2005) constataam que a variação linguística ainda é um tema concebido superficialmente por muitos professores de Língua Portuguesa. Nessa

¹ Mestra em Linguística pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, micysantos15@gmail.com.

² Professora orientadora: Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, costacatarina@uol.com.br.

direção, a escola, comumente, segue o propósito de ensinar o aluno a dominar a norma padrão da língua, valorizando o ensino da gramática normativa e desconsiderando as demais variedades da língua, não demonstrando interesse nem apreço pela variedade linguística que o aluno traz consigo, de sua cultura e experiência cotidiana fora do ambiente escolar. Contudo, é importante frisar que “a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

A intervenção dos linguistas nas discussões sobre o ensino de língua materna tem trazido reflexões e contribuições teóricas e pedagógicas importantes. Mas, apesar dos significativos progressos nos estudos sobre o ensino de língua materna no Brasil, Gomes (2010) constata que o currículo e o ensino formal de Língua Portuguesa ainda carecem de propostas pedagógicas mais apropriadas que contemplem uma abordagem de língua enquanto forma de interação, considerando a realidade heterogênea e a dimensão sociocultural da língua(gem). Assim, “se, como resultado da intervenção dos linguistas, o tema da variação acabou incorporado pelo discurso pedagógico, podemos dizer que não conseguimos ainda construir uma pedagogia adequada a essa área” (FARACO, 2008, p. 177).

Nas escolas públicas brasileiras, as quais atendem a alunos de diversas realidades sociais, culturais, econômicas etc., é perceptível a presença da variação/diversidade linguística. Diante do cenário posto, emergem nossas questões de pesquisa: 1) Qual o tratamento dado à variação linguística em aulas de Língua Portuguesa no 1º ano do Ensino Médio no IFMA *Campus* Coelho Neto? 2) Como a professora de Língua Portuguesa concebe língua e variação linguística? 3) Há coerência entre o conhecimento teórico e a prática de ensino empreendida pela docente no ensino de Língua Portuguesa?

Considerando a realidade do nosso objeto de estudo, a variação linguística no contexto da sala de aula, definimos, como objetivo geral: investigar a abordagem da variação linguística, no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, no 1º ano do Ensino Médio no IFMA *Campus* Coelho Neto. Para tanto, traçamos os seguintes objetivos específicos: a) identificar as concepções da professora de Língua Portuguesa sobre língua e variação linguística; b) verificar a consonância do trabalho com a variação linguística em sala de aula com os estudos sociolinguísticos; c) analisar, sob a perspectiva da Sociolinguística Educacional, o tratamento dado à variação linguística enquanto objeto de ensino em aulas de Língua Portuguesa.

Este trabalho apresenta em sua base teórica autores como Labov (2008), acerca da Sociolinguística Variacionista; Antunes (2003), no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa; Bortoni-Ricardo (2004, 2005), referente ao ensino de língua materna na

perspectiva da Sociolinguística Educacional; Bagno (1999, 2007), sobre variação linguística e preconceito linguístico; Travaglia (2008), quanto às concepções de linguagem; Faraco (2008), em relação à norma linguística, dentre outros estudiosos.

No tocante à metodologia, trata-se de uma pesquisa de campo com orientação etnográfica, de abordagem qualitativa, descritiva e interpretativista. Nosso campo de pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) *Campus Coelho Neto*. Para a geração de dados, utilizamos os seguintes instrumentos: observação de aulas remotas, notas de campo, gravações audiovisuais e entrevista semiestruturada com a professora de Língua Portuguesa. Em razão da pandemia de Covid-19, o trabalho de campo foi redimensionado para se adequar ao contexto de aulas remotas e foi realizado de forma virtual, por isso recorreremos também ao método da netnografia, ancorada em Kozinets (2014), que orienta a coleta de dados por meio virtual via *internet*.

A relevância deste estudo sociolinguístico de natureza (n)etnográfica se justifica pelo fato de trazer à tona uma temática importante para o processo de ensino-aprendizagem de língua materna, tendo em vista a predominância do ensino da gramática normativa em detrimento do estudo e explicação da variação/diversidade linguística, dos fenômenos da língua oral, o que, conforme pesquisas na área, restringe a formação da consciência linguística e o desenvolvimento da competência comunicativa do educando.

Os resultados desta pesquisa indicam que a variação linguística, apesar de legitimada no falar discente e docente, ocupa um espaço reduzido na programação das aulas, sendo trabalhada dissociada dos demais conteúdos do componente curricular Língua Portuguesa, com foco na sua classificação, recebendo um tratamento superficial. Quanto à concepção de língua(gem) assumida pela docente, percebemos que a concepção de língua(gem) como instrumento de comunicação e como processo de interação, apontadas por Travaglia (2008), coexistem na sua prática pedagógica, sendo observado o predomínio desta última. De modo geral, notamos que houve coerência entre o conhecimento teórico sociolinguístico e a prática de ensino da professora em relação à abordagem da variação linguística em sala de aula.

Sob a ótica sociolinguística, o estudo da variação/diversidade linguística precisa estar inserido de forma contínua, contextualizada e reflexiva nas aulas de Língua Portuguesa, a fim de que o aluno não permeie preconceitos relativos à heterogeneidade linguística e possa amadurecer linguisticamente, sabendo escolher a variedade mais adequada a cada situação de interação verbal. Nesse sentido, frisamos que a variação linguística precisa ser respeitada e estudada de maneira a propiciar aos alunos o esclarecimento quanto a esse assunto, pois, para que o estudante respeite a língua diferente da sua, primeiramente, ele precisa entender a sua

maneira de se comunicar, compreender que uma variedade linguística não pode ser entendida como “melhor” ou “pior” do que outra e que ninguém fala igual ao outro, já que a fala é um ato de cunho individual. Assim sendo, entendemos que valorizar os diferentes falares implica, sobretudo, evitar a discriminação linguística no ambiente escolar.

2 A SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL E O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Nas últimas décadas, o ensino de língua materna tem sido alvo de discussões, principalmente por causa do caráter demasiadamente normativo e prescritivo do trabalho com a língua(gem), limitando, às vezes, a aula de língua portuguesa a mera aula de gramática, desconsiderando a realidade multifacetada da língua. Em vista disso, é oportuno refletir sobre as principais contribuições trazidas pela Sociolinguística Educacional para subsidiar os currículos e as práticas de ensino de língua materna no cenário educacional brasileiro.

Segundo Labov (2008), a Sociolinguística se ocupa da relação entre língua e sociedade e do estudo da estrutura e da evolução da linguagem dentro do contexto social da comunidade de fala. Na abordagem laboviana, o fato de a variação ser inerente às línguas está ligado diretamente à noção de heterogeneidade, ou seja, as línguas são sistemas heterogêneos. A Sociolinguística configura-se como um ramo da Linguística que se dedica ao estudo dos fenômenos variáveis da língua. Todavia, o que se observa é que os estudos sociolinguísticos, além de descrever os fenômenos linguísticos em processo de variação e mudança, têm se preocupado também, nas últimas décadas, em refletir sobre a relação entre variação linguística e ensino, enfoque da Sociolinguística Educacional.

Decerto, a Sociolinguística fomenta nos professores uma visão menos preconceituosa sobre a língua, incentiva-os a respeitar e a valorizar todas as variedades e a explicar aos alunos que a variedade culta é vista com mais apreço socialmente, mas que estrutural e funcionalmente não é nem melhor nem pior que a variedade da comunidade do aluno (CEZARIO; VOTRE, 2011).

O termo Sociolinguística Educacional, empregado por Bortoni-Ricardo (2005, p. 128), é utilizado para referir-se, de modo geral, a “[...] todas as propostas e pesquisas sociolinguísticas que tenham por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do processo educacional, principalmente na área do ensino de língua materna”. Esse campo de estudo busca respostas para questões educacionais dentro do universo escolar. Com isso, envolve-se em temas consideravelmente mais amplos que se inserem no contexto social, conciliando os

aspectos micro e macro do processo educacional, com o intuito de delinear reflexões e soluções para o trabalho pedagógico.

A Sociolinguística Educacional pretende compreender os diversos fenômenos linguísticos presentes no ambiente escolar, dentre eles, a variação linguística no ensino de língua materna. Além disso, busca contribuir para que crenças e estereótipos equivocados sobre as variedades linguísticas utilizadas por falantes de classes desprestigiadas socialmente sejam desfeitos. Nesse sentido, a Sociolinguística Educacional pode contribuir tanto apresentando alternativas didático-pedagógicas para a abordagem do tema da variação/diversidade linguística em sala de aula, como também fornecendo informações para a elaboração de políticas públicas educacionais para a melhoria do ensino de língua materna.

Para Faraco (2008), há socialmente uma diferenciação valorativa que hierarquiza as variedades linguísticas. Segundo este autor, o Brasil ainda não resolveu adequadamente a questão relativa à sua norma de referência. Há um conflito sócio-histórico que permeia nossa sociedade e, conseqüentemente, as instituições brasileiras de ensino, entre a norma dita culta, aquela variedade que é efetivamente usada por falantes letrados em situações monitoradas, e a norma padrão, estabelecida de forma artificial pela elite letrada em meados do século XIX, visando combater as variedades do português popular, mas que ainda hoje perdura em muitos manuais gramaticais.

Destarte, o ensino de Língua Portuguesa que privilegia a norma padrão em detrimento das demais normas (variedades) tende a reforçar as desigualdades já existentes na sociedade e a estigmatizar a linguagem dos alunos. Em contrapartida, “a aprendizagem da norma culta deve significar uma ampliação da competência linguística e comunicativa do aluno, que deverá aprender a empregar uma variedade ou outra, de acordo com as circunstâncias da situação de fala” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 26).

Perante a variação linguística, há um forte preconceito em relação à fala de determinados grupos sociais e também à fala característica de certas regiões, sendo muitas vezes consideradas inferiores linguisticamente. Nesse processo, temos o que Bagno (1999) denomina de preconceito linguístico, este caracteriza-se pela discriminação que um indivíduo sofre por causa do seu modo de falar e vincula-se ao preconceito social, visto que a pessoa é discriminada também pela sua situação econômica, geográfica, étnica, e não apenas pelo seu modo de falar. Nesse ponto, Bagno (2003, p. 16) conclui que, na sociedade brasileira, “[...] o preconceito linguístico não existe. O que existe, de fato, é um profundo e entranhado preconceito social”. É importante frisar que “[...] ninguém pode ser discriminado pela

variedade de língua que fala, nem deve ser excluído do acesso aos bens da cultura letrada” (FARACO, 2015, p. 27).

Faraco (2015) esclarece que uma das práticas pedagógicas imprescindíveis para o ensino e aprendizagem da variedade culta da língua é precisamente despertar nos alunos a consciência para a variação linguística, a fim de que eles consigam perceber os pontos críticos que distanciam a variedade que eles aprenderam em casa e usam com eficiência das variedades cultas usadas por segmentos sociais urbanos, letrados, favorecidos (socio)economicamente, e possam trabalhar de forma sistemática, ao longo da educação básica, para aprender e dominar estas últimas variedades.

Nessa perspectiva, a escola configura-se como um espaço “[...] em que os educandos vão adquirir, de forma sistemática, recursos comunicativos que lhes permitam desempenhar-se competentemente em práticas sociais especializadas” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 75). Para esta autora, ao chegar à escola os alunos já são usuários competentes de sua língua materna, mas precisam ampliar os seus recursos comunicativos para atender às convenções sociais, adequando satisfatoriamente o uso linguístico ao tipo de tarefa comunicativa.

Decerto, a incorporação da complexa e pertinente temática da variação/diversidade linguística nos documentos oficiais que orientam o ensino de Língua Portuguesa no Brasil representa um ganho significativo, visto que, tradicionalmente, a escola simplesmente ignorava a variação linguística como objeto (conteúdo) de ensino (FARACO, 2008).

A esse respeito, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em seu conjunto de competências e habilidades, especialmente na competência específica quatro, enfatiza a necessidade de os estudantes compreenderem as línguas e seu funcionamento como um fenômeno marcado pela heterogeneidade e variedade de registros e usos, respeitando os fenômenos da variação e diversidade linguística, sem preconceitos (BRASIL, 2018).

O trabalho do professor é, pois, fundamental no incentivo à reflexão sobre o uso da língua e de suas variantes, devendo oportunizar aos estudantes um ensino significativo que vise à funcionalidade da língua. Sabemos, por um lado, que existem muitos desafios para que se desenvolva um ensino de língua portuguesa mais adequado à realidade (socio)linguística do alunado, que reconheça a legitimidade dos diferentes usos linguísticos e proporcione espaços de reflexão linguística. Mas, por outro lado, é importante que o estudo da variação linguística ocorra de forma que o aluno tome consciência de que a variante padrão não é mais importante que a não padrão, mas há contextos comunicativos que exigem o uso de uma ou de outra, estando todas certas, deixando de lado, assim, a ideia de “erro”.

2.1 Concepções de língua(gem) e suas implicações no ensino

Historicamente, a linguagem humana tem sido objeto de interesse para muitos pesquisadores em épocas distintas. Nesse contexto, as diversas abordagens de estudo da linguagem diferem-se, sobretudo, pelas diferentes perspectivas adotadas para a investigação do fenômeno linguístico, cada qual com sua contribuição para a expansão do conhecimento desse fenômeno tão complexo: a linguagem.

De modo geral, as abordagens dos estudos da linguagem podem seguir duas concepções distintas: uma concepção formalista ou uma concepção funcionalista. Por conseguinte, lidar com a linguagem na perspectiva formalista implica tratá-la de modo abstrato, considerando a língua como sistema e estrutura, dissociada das interferências comunicativas que cercam sua produção e recepção (OLIVEIRA; WILSON, 2011).

Em contrapartida, a concepção funcionalista de linguagem contrasta com a que acabamos de apresentar. Nessa visão, a questão do uso da linguagem é considerada como resultante das condições intra e extralinguísticas de sua produção e recepção (OLIVEIRA; WILSON, 2011). Assim, lidar com a linguagem sob um enfoque funcionalista implica tratá-la como produto e processo da interação humana, da atividade sociocultural.

Pensar sobre o ensino de língua materna requer, inicialmente, que se compreenda qual a concepção de linguagem que orienta o trabalho docente em sala de aula. Nesse âmbito, Antunes (2003) esclarece que toda atividade pedagógica de ensino de língua materna tem subjacente, de forma explícita ou intuitiva, uma determinada concepção de língua. É a partir da concepção de língua(gem) do professor que sua prática pedagógica é moldada em sala de aula. Dessa forma, tudo o que se realiza em sala de aula está relacionado a um conjunto de princípios teóricos, a partir dos quais os fenômenos linguísticos são percebidos. Com efeito, o enfoque que se dá aos conteúdos ensinados, às estratégias de trabalho com os alunos, à sistemática de avaliação, ao relacionamento com os alunos, tudo isso corresponderá, nas atividades concretas em sala de aula, ao caminho teórico-metodológico adotado pelo docente e envolverá uma determinada concepção de língua(gem).

Para Travaglia (2008, p. 21), “tão importante quanto o entendimento do que vem a ser linguagem é a maneira como essa é concebida”. Este autor apresenta três possibilidades distintas de se conceber a linguagem, a saber: i) linguagem como expressão do pensamento; ii) linguagem como instrumento de comunicação; iii) linguagem como forma de interação.

A primeira concepção da linguagem, como expressão do pensamento, nos leva a entender que o indivíduo que não consegue se expressar bem não pensa. Pensar de forma

lógica constitui uma condição imprescindível para se escrever, já que a linguagem traduz a expressão que se constrói no interior da mente, ou seja, é o reflexo do pensamento. Nessa concepção, conforme Travaglia (2008, p. 21), o fenômeno linguístico é limitado a um ato racional, “a um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece”. Desse modo, a exteriorização do pensamento por meio de uma linguagem articulada e organizada é explicada como sendo um ato de criação individual. Sendo assim, a expressão exterior depende meramente do conteúdo interior, do pensamento do indivíduo e de sua capacidade de organizá-lo de maneira lógica. Nessa perspectiva, a língua(gem) é concebida como um sistema de regras a serem seguidas, organizada logicamente, sem interferência do fator social.

Na segunda concepção da linguagem, como instrumento de comunicação, a língua é entendida como um código, um conjunto de signos combinados de acordo com regras, que possibilita ao emissor transmitir uma mensagem a um receptor, que devem ter o domínio desse código para que a comunicação seja efetivada (TRAVAGLIA, 2008). Essa concepção de linguagem, ligada à Teoria da Comunicação, preocupa-se com os elementos comunicativos e entende a língua como código, um sistema organizado de signos que serve como meio de comunicação entre os indivíduos. Nessa ótica, a atenção no ensino de língua materna se volta para o aperfeiçoamento dos comportamentos linguísticos do alunado como emissor e receptor de mensagens/informações usando códigos diversos (verbais e não verbais), mas, assim como na primeira concepção de linguagem apresentada, o contexto extralinguístico do enunciado é desconsiderado.

Por sua vez, a terceira concepção de linguagem, como uma forma de interação, ao contrário das concepções anteriores que limitam o uso da língua à mera tradução e exteriorização do pensamento e à transmissão de informações, situa a linguagem como um lugar de interação humana, como o espaço de constituição de relações sociais. Segundo Travaglia (2008, p. 23), “o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão-somente traduzir e exteriorizar um pensamento ou transmitir informações a outrem, mas realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor)”. Os usuários da língua elaboram seus discursos considerando suas necessidades enunciativas concretas, escolhendo formas linguísticas que permitam que seu discurso figure em um dado contexto de interação e seja adequado a ele. Assim, os sujeitos e as relações sociais se constituem na e pela linguagem.

Evidentemente, o ensino de língua materna pautado no estudo da língua(gem) como forma de interação social oportuniza uma visão mais ampla da linguagem e, por consequência, possibilita um trabalho pedagógico mais produtivo e significativo, centrado no

objetivo de desenvolver no alunado maior proficiência linguística em práticas de oralidade, de leitura e de escrita. Considerando que a língua não se separa do indivíduo, já que ela auxilia na promoção da interação entre as pessoas, se estudada e analisada em situações reais de uso, tende a favorecer a ampliação do domínio linguístico.

Dessa forma, trabalhar com a língua numa perspectiva interacionista, funcional e discursiva é, como defende Antunes (2003), a forma mais adequada de se conceber a linguagem e de fundamentar o ensino de língua materna, posto que somente uma visão mais funcional e contextualizada de se ver a linguagem possibilita ao aluno, mediado pelo professor, refletir sobre sua própria fala e/ou escrita e sobre outras situações com as quais interage cotidianamente. A linguagem não está dissociada de nossas ações e, portanto, aprender uma língua implica participar de situações concretas de interação.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo sociolinguístico foi subsidiado por dados de uma pesquisa de campo com viés etnográfico, inserida no âmbito da educação, e se direciona a buscar compreender como a variação linguística é ensinada no IFMA *Campus* Coelho Neto. Quanto à abordagem do problema, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa. Para Bortoni-Ricardo (2008), o objetivo da pesquisa qualitativa em sala de aula é o desvelamento do que ocorre no cotidiano dos ambientes escolares, “[...] identificando processos que, por serem rotineiros, tornam-se ‘invisíveis’ para os atores que deles participam” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 49).

Convém esclarecer que, devido à pandemia de Covid-19, as aulas presenciais no IFMA *Campus* Coelho Neto foram suspensas por tempo indeterminado e foram redirecionadas para o ambiente virtual ocorrendo de forma remota mediadas por plataformas digitais como o *Google Meet*. Por esse motivo, os métodos de pesquisa se adaptaram ao contexto de aulas remotas virtuais, e o trabalho de campo empregou também o método da netnografia, pesquisa de perspectiva etnográfica, mas orienta a coleta de dados por meio de interações *on-line* mediadas pela *internet*. Kozinets (2014) explica que a netnografia se baseia na pesquisa observacional participante adaptada a um trabalho de campo em ambiente *on-line*.

Para alcançar os objetivos delineados, desenvolvemos esta pesquisa no 1º ano do Ensino Médio junto à professora de Língua Portuguesa da turma, mediante trabalho de campo *on-line* e *off-line*. A geração dos dados se deu através de observação de aulas remotas, notas de campo e entrevista virtual com a professora de Língua Portuguesa por meio da plataforma

Google Meet. Em suma, nosso intuito foi, através da observação participante, do contato direto com a professora em seu contexto de atuação profissional, no espaço da sala de aula virtual, descrever e analisar episódios de aulas de Língua Portuguesa que abordassem o fenômeno da variação linguística.

Quanto aos aspectos éticos, frisamos que a proposta de pesquisa foi, previamente, submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Assim, a nossa entrada no campo de pesquisa se deu após a aprovação desta pesquisa pelo CEP-UFPI. Além disso, a professora participante foi, previamente, esclarecida quanto aos objetivos desta investigação e tem resguardado seu nome e outros dados que possam, de qualquer forma, identificá-la ou prejudicá-la, mediante leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A fim de melhor compreender o nosso problema de pesquisa, os dados concretos sistematizados e submetidos à análise foram os seguintes: as transcrições das aulas observadas e da entrevista realizada com a professora colaboradora, bem como as anotações registradas no diário de campo. Esses registros de diferentes naturezas permitiram a triangulação dos dados, “[...] um recurso de análise que permite comparar dados de diferentes tipos com o objetivo de confirmar ou desconfirmar uma asserção” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 61). Esse recurso analítico viabiliza uma verificação de validade das informações obtidas, sendo uma das principais razões da pesquisa etnográfica empregar métodos múltiplos de coleta de dados (ERICKSON, 1988). A análise dos dados obtidos levou em consideração três categorias analíticas, a saber: i) a concepção docente sobre língua e variação linguística; ii) a articulação entre o saber sociolinguístico e a prática de ensino observada em sala de aula; iii) a abordagem do estudo da variação linguística em sala de aula.

4 ANÁLISE DA ABORDAGEM DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA EM SALA DE AULA

Aqui apresentamos um recorte dos dados obtidos durante a pesquisa³ que desenvolvi no mestrado. As informações expostas são frutos da entrevista realizada com a professora de Língua Portuguesa e da observação participante em sala de aula virtual durante dois bimestres (1º e 2º do ano de 2020) na turma do 1º ano do curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, no turno vespertino, no IFMA *Campus* Coelho Neto. Essa turma é composta por 41 alunos regularmente matriculados em 2020.1, porém a média de frequência nas aulas

³ A dissertação está disponível no site do PPGEL/UFPI, na aba Banco de Dissertações. Link de acesso: <https://drive.google.com/drive/folders/1ZnddIjCCr4TvT11RDR7j9MTcOxrhg6kb>.

on-line foi de 15 alunos. Por questões éticas, a professora de Língua Portuguesa colaboradora da pesquisa foi denominada de PLP.

No IFMA *Campus* Coelho Neto, o ensino de Língua Portuguesa nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio é distribuído em 3 aulas semanais com duração de 50 minutos cada aula e é dividido em três eixos: gramática, literatura e redação. A abordagem do estudo da variação linguística em sala de aula ocorreu logo no início do 2º bimestre letivo. A quantidade de aulas destinadas para trabalhar a temática em sala de aula foi limitada a 3 aulas que ocorreram de forma síncrona por meio da plataforma *Google Meet* e uma aula assíncrona com atividade disponibilizada na plataforma *Google Classroom*.

Nas aulas dedicadas exclusivamente à abordagem da variação linguística, não verificamos a presença do livro didático. A esse respeito, a professora declarou em entrevista que, nesse contexto específico de aulas remotas e por considerar a abordagem do livro didático inadequada em relação a esse assunto, não se atem ao livro didático e busca trabalhar esse tema com outros recursos didáticos, por exemplo: prepara *slides* com textos de gêneros diversificados selecionados na *internet* e nas redes sociais e exemplos do cotidiano.

Para introduzir o estudo da temática, a professora iniciou a aula exibindo um vídeo tratando da variação geográfica (ou diatópica), apresentando algumas particularidades dos modos de falar gaúcho, mineiro, carioca, paulista e baiano. Na sequência, a docente começou a interagir com a turma fazendo algumas perguntas a respeito do conteúdo abordado no vídeo.

Observamos que durante vários momentos da aula, a professora enfatiza a importância da noção de adequação linguística. Em sua própria fala, percebemos essa preocupação com a alternância no grau de monitoramento: “Quando eu tô explicando o conteúdo, eu procuro ser mais formal. Quando eu tô falando diretamente com vocês, eu procuro ser menos formal” (PLP, 2020). Embora a docente não trate especificamente do monitoramento linguístico, notamos que ela procura exemplificar algumas situações em que o falante deverá policiar o seu comportamento verbal (oral ou escrito). Quanto a essa questão, Bortoni-Ricardo (2004, p. 26) afirma que “essa forma intuitiva de administrar a variação em sala de aula é salutar porque dá ao aluno a oportunidade de participar em interação com um grau maior ou menor de monitoração estilística”.

Para facilitar a assimilação da questão da adequação linguística, a docente recorre a metáfora do guarda-roupa, como vemos no episódio seguinte:

- PLP: “[...] Você escolhe a sua roupa de acordo com o ambiente que você vai frequentar. Por exemplo, será que seria interessante você ir de salto alto as meninas aí ou os meninos com camisa formal, camisa social, calça e sapato pra um clube, pra uma praia? Seria adequado isso?”

- A1: “Não.”

- PLP: “Não, né, gente. Então, é mais ou menos isso que ele compara a língua, do mesmo jeito que você escolhe uma roupa leve, por exemplo, pra fazer um exercício físico, você escolhe uma roupa leve pra ir pra uma praia, pra ir pro rio, pra ir pro banho, pra ir pra piscina, pra ir pra qualquer lugar desse tipo, pra ir pra uma festinha com os amigos, pra um churrasco, não é a mesma roupa que você vai, por exemplo, pra uma cerimônia religiosa numa igreja, não é a mesma roupa que você vai pra escola. Então, ele faz essa comparação dizendo que a língua, né, com as variedades da língua é a mesma relação.”

Encontramos a metáfora citada pela professora em Bagno (1999). Para este linguista, “uma das principais tarefas do professor de língua é conscientizar seu aluno de que a língua é como um grande guarda-roupa, onde é possível encontrar todo tipo de vestimenta” (BAGNO, 1999, p. 130). Nesse sentido, “usar a língua, tanto na modalidade oral como na escrita, é encontrar o ponto de equilíbrio entre dois eixos: o da **adequabilidade** e o da **aceitabilidade**” (BAGNO, 1999, p. 130, grifo nosso).

Em relação ao conceito de língua, a professora destaca que “[...] a língua é a nossa expressão básica, e, por isso, ela muda de acordo com a **cultura**, com a **região**, com a **época** em que nós falamos, com o **contexto**, com as **experiências** e as **necessidades** do indivíduo e do grupo que ele se expressa” (PLP, 2020, grifo nosso). O conceito exposto pela PLP admite o caráter heterogêneo, variável e dinâmico da língua e evidencia a influência dos aspectos extralinguísticos (ou sociais) no fenômeno da variação.

Na passagem seguinte, a docente estabelece uma distinção entre norma padrão e não padrão. Vejamos:

Nós temos, né, na nossa língua, dois tipos pra resumir dois tipos de variedade, aquela que a gente chama de **padrão** que também pode ser chamada de **norma culta** ou a **linguagem culta** e a variedade chamada de **não padrão** que a gente pode também chamar de **coloquial**, que é aquela que não está presa às regras gramaticais [...]. Você estuda pra poder **adequar** (ênfase) a sua fala. Então, ao mesmo tempo que você pode falar a variedade não padrão, no momento certo, você tem capacidade de falar também na variedade padrão naquele momento que foi exigido de você (PLP, 2020, grifo nosso).

Observamos que a professora trata norma padrão e norma culta como sinônimos. Na verdade, são duas realidades distintas, conforme Bagno (2007) e Faraco (2008). As normas cultas são, em geral, as variedades usadas em situações mais monitoradas pelos indivíduos com elevado grau de letramento e vivência urbana, como enfatiza Faraco (2008). Já a norma padrão corresponde a um “modelo artificial de língua criado justamente para tentar ‘neutralizar’ os efeitos da variação, para servir de padrão para os comportamentos linguísticos considerados adequados, corretos e convenientes” (BAGNO, 2007, p. 39). Por esse motivo, os linguistas têm sido contrários ao ensino dessa norma padrão (um modelo de língua idealizado)

e defendem o acesso escolar às variedades/normas cultas efetivamente faladas e escritas no Brasil.

Nessa perspectiva, as aulas de Língua Portuguesa têm (ou deveriam ter) como objetivo principal “a ampliação da competência comunicativa do aluno para falar, ouvir, ler e escrever textos fluentes, adequados e socialmente relevantes” (ANTUNES, 2003, p. 122-123). Esse objetivo inclui o ensino da(s) norma(s) culta(s), mas não se restringe a ela(s), uma vez que precisa abranger a diversidade de usos em função das necessidades comunicativas nas diversas situações de interação social.

Após explicitar os principais conceitos pertinentes ao tema da variação linguística, a docente passa então a tratar especificamente dos seguintes tipos de variação linguística: variação histórica (ou diacrônica), variação geográfica (ou diatópica), variação situacional (ou diafásica), variação social (ou diastrática) e variação na fala e na escrita (ou diamésica). É importante destacar que, apesar dessa classificação, esses condicionantes externos não ocorrem independentemente da dimensão interna da variação. O que ocorre normalmente é uma combinação dos fatores (internos e externos) que condicionam a forma como falamos.

Após as explicações necessárias sobre o conteúdo, a professora propôs à turma uma atividade avaliativa sobre os tipos de variação linguística. Para tanto, os alunos se organizaram em 4 grupos, sendo que cada grupo ficou responsável por abordar, em forma de seminário virtual, um tipo de variação linguística, a saber: i) variação diacrônica, ii) variação diatópica, iii) variação diafásica, iv) variação diastrática. A atividade realizada em grupo consistiu na construção e apresentação de um mapa mental/conceitual (manuscrito ou digital) abordando um tipo de variação linguística, destacando informações importantes e exemplos criativos, preferencialmente exemplos práticos observados em situações reais de interação.

Analisando as apresentações dos alunos no seminário virtual, notamos que, em geral, eles tentaram reproduzir o esquema das aulas ministradas pela PLP, ou seja, buscaram seguir um modelo e não superaram os aspectos que lhes foram solicitados, os exemplos expostos se resumiram a tirinhas, apesar de a professora ter sugerido a socialização de exemplos observados em situações reais de interação. O ponto mais significativo das apresentações foi a socialização dos mapas mentais produzidos. Todos os grupos optaram por apresentar o mapa mental por último trazendo uma síntese dos principais aspectos de cada tipo de variação, momento este que fomentou a criatividade e a autonomia dos alunos na elaboração e na abordagem do assunto.

É importante destacar que a PLP apresentou à turma diversos conceitos concernentes ao campo da Sociolinguística, os quais consideramos relevantes para o trabalho com o

fenômeno da variação linguística no ambiente escolar. No entanto, a discussão suscitada foi breve e não houve um aprofundamento em torno dos conceitos. Quanto a esse ponto, entendemos que contemplar todas as dimensões desse complexo fenômeno linguístico em sala de aula é uma tarefa desafiadora, sobretudo, devido à limitação de tempo de aula, o que, diante da grande quantidade de conteúdos de ensino, talvez dificulte, na dinâmica das aulas, abordagens mais densas sobre a variação (socio)linguística.

Em suma, em relação à abordagem da variação linguística na sala de aula virtual, percebemos que a PLP tratou do tema como um tópico de ensino, isto é, um conteúdo propriamente dito, geralmente, sem estabelecer vínculos com outros assuntos da disciplina. Em outras palavras, o trabalho com a variação linguística não ocorreu numa abordagem cotidiana, mas em um momento específico, com um quantitativo de aulas restrito, no qual se deu enfoque à classificação da variação linguística.

Quando indagada sobre o papel do professor de Língua Portuguesa frente à variação/diversidade linguística, a educadora enfatizou que o papel basilar de quem atua nessa área consiste em tentar desmistificar que o aluno não sabe falar português ou que fala errado, considerando seu modo de falar e conscientizando-o a respeito desse fenômeno linguístico. Para a PLP, a responsabilidade quanto a essa questão aumenta quando se trata de alunos do interior (zona rural), de comunidade, que já chegam à escola com esse estigma de que não sabem falar. Na oportunidade, a professora salientou ainda que, às vezes, é necessário um trabalho mais individualizado com o aluno, mas falta tempo para isso, e, infelizmente, nesse processo, alguns alunos vão ficando para trás, com a aprendizagem prejudicada por não conseguir acompanhar a dinâmica da disciplina. Essa inquietação da nossa colaboradora se agravou nesse contexto de ensino remoto.

Convém salientar que o ensino de língua materna não pode estar alheio à realidade (socio)linguística dos discentes. É necessário, conforme nos aconselha Bortoni-Ricardo (2004), aderir a uma pedagogia culturalmente sensível aos saberes dos alunos, a qual deve compreender “a identificação da diferença e a conscientização da diferença” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 42). As peculiaridades (socio)linguísticas devem ser respeitadas, valorizadas e discutidas no âmbito da sala de aula, pois o entendimento do fenômeno da variação linguística evita o preconceito linguístico contra aqueles que não falam a variedade de prestígio, além de proporcionar mais conhecimento sobre a própria língua.

Na visão da PLP, linguagem é uma forma de manifestação/expressão/comunicação que pode se concretizar de formas distintas (verbal, não verbal), língua é um código organizado que segue regras (exemplo: a língua portuguesa) e variação se refere às múltiplas

formas de apresentação dessa língua(gem). Analisando a declaração da PLP nessa questão, percebemos que seu posicionamento se aproxima da concepção de língua(gem) como instrumento de comunicação, pois a língua é entendida como um código, ou seja, um conjunto de signos que se articulam de acordo com regras. No entanto, em outros momentos da pesquisa e durante a interação em sala de aula, notamos que sua fala era influenciada, em especial, pela concepção de língua(gem) como processo de interação, situando a linguagem como um espaço de interação humana. Desse modo, estas duas concepções de língua(gem) coexistem na prática docente, sendo observado o predomínio desta última.

Para a promoção de um trabalho pedagógico mais produtivo em relação ao ensino de língua, Antunes (2003) ressalta que somente a adoção de uma concepção interacionista da linguagem, eminentemente funcional e contextualizada, pode fundamentar as opções pedagógicas “[...] sejam os objetivos, os programas de estudo e pesquisa, seja a escolha das atividades e da forma particular de realizá-las e avaliá-las” (ANTUNES, 2003, p. 42).

Em síntese, durante nossa investigação, percebemos que a professora tem conhecimento relativo à importância de se trabalhar com a variação/diversidade linguística em sala de aula, embora não se tenha feito uma reflexão mais aprofundada sobre essa questão. A docente discutiu com a turma tópicos importantes acerca do fenômeno da variação condizentes com as orientações da Sociolinguística Educacional, mas, no decorrer da pesquisa, não presenciamos a discussão dessa temática em outras ocasiões, sendo sua abordagem limitada a poucas aulas. Apesar de a professora reconhecer a variação como um fenômeno natural da língua e trabalhar a temática em algumas aulas, ainda verificamos um tratamento insuficiente para este fenômeno no ensino de língua materna, sendo necessária uma reflexão mais aprofundada sobre as questões linguísticas, envolvendo, além dos aspectos linguísticos, os culturais, sociais, políticos e de identidade. Além disso, é preciso criticar e abandonar (aos poucos) a prática pedagógica tradicional de usar textos não autênticos para o ensino/estudo da variação linguística (BAGNO, 2007).

Dessa forma, com relação à abordagem da variação/diversidade linguística, verificamos avanços importantes no trabalho pedagógico desenvolvido pela professora em sala de aula. De um modo geral, levando em conta os pontos positivos e negativos, conferimos que há coerência entre o conhecimento teórico sociolinguístico e a prática pedagógica da professora de língua portuguesa.

Em suma, o que mais importa sobre essa discussão é o seu desdobramento no ensino. Se os princípios sociolinguísticos forem compreendidos e adotados no âmbito escolar, pode subsidiar um trabalho pedagógico sensível à diversidade linguística do alunado, que

contemple as competências para o uso da língua em circunstâncias distintas de oralidade, de leitura e de escrita. Isso significa uma reorientação do foco para aquilo que deve constituir o núcleo do estudo da língua: os usos sociais da língua, com base em dados autênticos (reais).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao cenário de pandemia, nosso campo de pesquisa, o IFMA *Campus* Coelho Neto, passou a realizar suas atividades pedagógicas, incluindo as aulas, remotamente, por meio de plataformas digitais, e, diante dessa situação, nossa pesquisa também foi reorientada e o trabalho de campo se deu de forma virtual, o que, de certa forma, nos limitou enquanto pesquisadora, já que não foi possível acompanharmos presencialmente as aulas, toda interação se deu virtualmente através da plataforma *Google Meet*.

Com base nos objetivos delineados, verificamos que o ensino de língua materna ainda não consegue atender a realidade linguística dos educandos das classes sociais populares. Embora a temática da variação linguística seja abordada em sala de aula e de o assunto ser do conhecimento da professora, foi trabalhada de forma estanque, dissociada dos demais conteúdos da disciplina, com foco na sua classificação e a partir de vídeos, tirinhas e cartuns, sendo observado um tratamento superficial. Assim, se faz necessária uma reflexão mais aprofundada sobre as questões (socio)linguísticas com vistas a promover uma conscientização crítica do aluno quanto à variação linguística e à desigualdade social que ela reflete.

No tocante à concepção de língua(gem) assumida pela docente, houve um desencontro entre seu posicionamento na entrevista, o qual se aproximou da concepção de língua(gem) como instrumento de comunicação, e o que observamos durante a interação na sala de aula virtual, que foi influenciada, principalmente, pela concepção de língua(gem) como processo de interação. Dessa forma, constatamos que, na prática, estas duas concepções de língua(gem) coexistem na prática de ensino de língua portuguesa da docente, sendo observado o predomínio desta última.

Na experiência de ensino de língua materna que acompanhamos, a variação linguística, apesar de ser legitimada no falar discente e docente, ocupou um espaço reduzido na programação das aulas de língua portuguesa e ainda constitui um tema pouco refletido em sala de aula, sendo necessário, portanto, um trabalho mais reflexivo sobre a realidade múltipla da língua e suas diversas possibilidades de usos nas situações de interação verbal (oral e escrita), visando a ampliação do repertório linguístico dos discentes.

Na prática pedagógica, durante o processo interativo observado em sala de aula, a professora, em relação ao trabalho com a variação linguística, não se limitou a seguir rigorosamente o material didático, conduziu o estudo da temática da maneira que julgou mais conveniente, trabalhando com outros recursos didáticos, demonstrou sensibilidade à realidade dos educandos, propiciou discussão, ainda que incipiente, sobre os diversos usos da língua e não foram observadas atitudes de discriminação linguística, o que indica avanços importantes em relação à prática de ensino de Língua Portuguesa. De um modo geral, percebemos que houve coerência entre o conhecimento teórico sociolinguístico e a prática pedagógica da professora em sala de aula.

É oportuno salientar que não queremos, com essas considerações, avaliar como certas ou erradas as opções feitas pela professora colaboradora. Antes, entendemos que o processo de ensino-aprendizagem de língua materna envolve interesses, valores e, sobretudo, apreciações sobre o objeto de ensino e sobre os próprios alunos. E, mais do que isso, acentuamos o fato de que a dinâmica interativa da sala de aula se dá, especialmente, em função da formação (inicial e continuada) e das experiências acumuladas pela educadora, as quais possibilitam o desenvolvimento das ações e das discussões atinentes ao tema.

Por fim, ressaltamos a importância de se fomentar reflexão acerca do tratamento da variação linguística em sala de aula, valorizar os diferentes falares e evitar a discriminação linguística no ambiente escolar. Ademais, o estudo da variação/diversidade linguística precisa estar inserido de maneira contextualizada e reflexiva nas aulas de língua materna para que o aluno não reproduza preconceitos acerca da heterogeneidade linguística e possa amadurecer linguisticamente, sabendo escolher a variedade mais adequada a cada situação comunicativa, em situações reais de interação.

ABSTRACT

This study, which deals with the phenomenon of linguistic variation in mother tongue teaching, brings the following issue: what is the treatment given to linguistic variation in Portuguese Language classes in the 1st year of High School at IFMA Campus Coelho Neto? Therefore, we outline as a general objective: to investigate the approach of linguistic variation, in the teaching-learning process of Portuguese Language, in the 1st year of High School at IFMA Campus Coelho Neto. Therefore, specifically, we seek to: identify the Portuguese language teacher's conceptions about language and linguistic variation; verify the consonance of work with linguistic variation in the classroom with sociolinguistic studies; to analyze, from the perspective of Educational Sociolinguistics, the treatment given to linguistic variation as a teaching object in Portuguese language classes. This study presents, in its theoretical basis, authors such as Labov (2008), on Variationist Sociolinguistics; Bortoni-Ricardo (2004, 2005), with regard to mother tongue teaching from the perspective of Educational Sociolinguistics; Bagno (1999, 2007), on linguistic variation and linguistic prejudice; Travaglia (2008), referring to the concepts of language; Faraco (2008), in relation to the theme of linguistic norms, among other scholars. It is a field research with an ethnographic bias, with a qualitative and interpretive approach. For data generation, we used as instruments: observation of remote classes, field notes, audiovisual recordings and semi-structured interviews. Due to the Covid-19 pandemic, the classes took place remotely through online learning

environments, so the fieldwork also resorted to the method of netnography, research from an ethnographic perspective, but mediated by the internet and using the means for data generation and interactions with survey participants. The results indicate that linguistic variation, despite being legitimized in the student and teacher speech, occupies a reduced space in the class schedule, being worked dissociated from the other contents of the discipline, with a focus on its classification, receiving a superficial and insufficient treatment. As for the conception of language(gem) assumed by the teacher, we realize that the conception of language(gem) as a communication tool and as an interaction process, pointed out by Travaglia (2008), coexist in her pedagogical practice, with the predominance of the latter being observed. . In general, we noticed that there was consistency between the theoretical sociolinguistic knowledge and the teaching practice of the teacher in relation to the approach to linguistic variation.

Keywords: Linguistic Variation, Teaching, Portuguese Language, Educational Sociolinguistics, Netnography.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Aula de português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, M. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira.** São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.** São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemu na escola, e agora?: sociolinguística e educação.** São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa.** São Paulo: Parábola, 2008.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 24 jan. 2020.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 141-153.

ERICKSON, F. Ethnographic Description. In: **Sociolinguistics.** Berlim e New York: Walter de Gruyter, 1988. p. 1081-1095.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C. A. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Org.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino.** São Paulo: Parábola, 2015. p. 19-30.

GOMES, Y. L. S. **O ensino de língua materna na perspectiva da sociolinguística: um estudo etnográfico numa escola pública de Teresina-PI.** 2010. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online.** Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos.** Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

OLIVEIRA, M. R.; WILSON, V. Linguística e ensino. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 235-241.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para ensino de gramática.** São Paulo: Cortez, 2008.